

Detran-SP cria página para regularização de veículos antigos

Portal reúne serviços para regularizar veículos antigos, emitir certidões e placas

Agora ficou mais simples obter a placa preta de veículo de coleção, regularizar automóveis antigos que ainda utilizam a placa amarela de duas letras, padrão adotado no Brasil entre a década de 1970 e o início dos anos 2000, e emitir a Certidão de Veículo com Placa Amarela, documento que comprova a existência, propriedade e histórico do automóvel. Para concentrar esses serviços, o Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP) lançou uma página exclusiva voltada a veículos antigos, reunindo informações, formulários e links para todos os procedimentos em um só ambiente digital.

Troca da placa é obrigatória

A substituição da placa amarela pelo modelo atual, no padrão Mercosul, é obrigatória para proprietários que desejam circular com o veículo em vias públicas. Automóveis flagrados em circulação com a placa antiga estão sujeitos à remoção para

pátio, uma vez que não constam na base de dados do Detran-SP. Veículos herdados ou pertencentes a coleções familiares precisam passar por regularização antes de serem utilizados, garantindo que estejam devidamente cadastrados e licenciados.

O processo é realizado integralmente pela internet. O proprietário deve acessar a página, preencher o formulário de solicitação, anexar documentos e pagar a taxa de R\$ 469,91, valor que inclui o licenciamento anual. Depois do envio, o Detran-SP encaminha o pedido à Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), responsável pela atualização do cadastro e emissão do novo registro. O procedimento busca simplificar o acesso aos serviços e reduzir a necessidade de deslocamento até unidades físicas do órgão.

Placa preta valoriza veículos históricos

A placa preta funciona como um selo de reconhecimento da relevância histórica, raridade e grau de

preservação do veículo, fatores que aumentam seu valor de mercado. Por esse motivo, colecionadores a consideram essencial, especialmente para modelos bem conservados ou raros. Apesar do interesse crescente, o número de veículos com placa preta ainda é limitado em relação à frota total do estado, com 76.087 automóveis registrados nessa categoria atualmente.

Para obter a placa preta, o veículo deve ter pelo menos 30 anos de fabricação e manter características originais. São analisados itens como mecânica, carroceria, suspensão, acabamento e aparência geral, além de padrões de emissão de poluentes e níveis de ruído compatíveis com a tecnologia disponível à época da fabricação. O objetivo é preservar não apenas a estética, mas também a autenticidade técnica e cultural do automóvel.

Além disso, são exigidos documentos específicos: o Certificado de Veículo de Coleção (CVCOL), emitido por entidade credenciada

pela Senatran, e o Certificado de Segurança Veicular (CSV), elaborado por uma Instituição Técnica Licenciada (ITL), que atesta se o veículo está apto a circular com segurança. O proprietário também deve pagar a taxa de segunda via do Certificado de Registro do Veículo (CRV), que custa R\$ 295,83 caso o licenciamento do ano vigente já tenha sido quitado, ou R\$ 469,91 se for necessário quitar o licenciamento juntamente com a solicitação. A filiação a um clube de colecionadores reconhecido é outro requisito obrigatório.

Mesmo com critérios rigorosos, a frota de veículos com placa preta tem apresentado crescimento constante em São Paulo. Em 2023, eram 53.037 automóveis registrados, número 43% inferior ao atual, demonstrando a expansão do interesse pelo colecionismo automotivo. O aumento da frota também indica maior atenção de órgãos públicos e colecionadores à preservação histórica. A nova página do Detran-SP permite ainda a emissão gratuita

da Certidão de Veículo com Placa Amarela. O documento comprova registro, propriedade e histórico do automóvel ou motocicleta e pode ser utilizado em processos administrativos ou judiciais que exijam prova da situação registral. A certidão também facilita a regularização cadastral e a transferência de propriedade, funcionando como respaldo oficial para a circulação legal do veículo.

O portal traz informações detalhadas sobre prazos, documentos necessários e valores, simplificando o acesso para cidadãos que desejam regularizar ou atualizar seu veículo antigo. O serviço contribui para a segurança nas vias, para a preservação de veículos históricos e para a manutenção de um registro confiável de automóveis e motocicletas no estado de São Paulo. Além disso, incentiva colecionadores e entusiastas a manter seus veículos preservados dentro das normas de trânsito vigentes, promovendo uma cultura de valorização do patrimônio.



Quem possui um veículo de placa amarela e tem interesse em rodar pelas vias, deve regularizá-lo

Sefaz-SP realiza primeiro repasse de fevereiro com R\$ 925,9 milhões em ICMS

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) deposita, nesta terça-feira (10), R\$ 925,93 milhões na conta dos 645 municípios paulistas.

Esse é o primeiro repasse do mês, arrecadado de 2 a 6 de fevereiro, já com o desconto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A Secretaria prevê quatro repasses semanais em fevereiro, que devem totalizar mais de R\$ 3,79 bilhões em transferências do ICMS aos 645 municípios do estado. Em janeiro, cinco depósitos somaram R\$ 3,84 bilhões.

Em 2025, o Governo do Estado realizou 53 repasses semanais às prefeituras paulistas, que totali-

zaram R\$ 47,43 bilhões ao longo do ano. Os valores correspondem a 25% da arrecadação do imposto e são distribuídos conforme o Índice de Participação dos Municípios (IPM).

Os repasses seguem a legislação federal e estadual e são realizados até o segundo dia útil de cada semana, conforme a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990. Os dados podem ser consultados no portal da Secretaria da Fazenda e Planejamento. A agenda de pagamentos do ICMS varia conforme os prazos de recolhimento previstos no regulamento do imposto. Em alguns meses, podem ocorrer até cinco datas de transferência, além de recolhimentos diários, como os relacionados às operações de importação. O cálculo dos índi-



Em 2025, o Governo Estadual realizou 53 repasses semanais

ces de participação é realizado anualmente e aplicado no exercício seguinte, conforme critérios definidos em lei estadual. A metodologia considera, entre outros fatores, o valor adicionado pelas

atividades econômicas e a população de cada município.

Os percentuais aplicados seguem o Índice de Participação dos Municípios, apurado conforme a Lei Complementar nº 63, de

1990, e a legislação paulista. O índice leva em conta critérios como valor adicionado fiscal, população, área cultivada e indicadores educacionais, garantindo distribuição proporcional dos recursos. A Sefaz-SP informa que os repasses são automáticos e não exigem convênios ou solicitações por parte das prefeituras. Os valores creditados podem ser utilizados livremente pelas administrações municipais, respeitadas as vinculações constitucionais, como a aplicação mínima em educação e saúde, conforme determina a legislação vigente. A Secretaria destaca que a regularidade dos repasses contribui para o planejamento orçamentário das prefeituras, especialmente no início do exercício financeiro, ao permitir maior previsibilidade de caixa.